

Morte e vida de Deus



» JOSÉ SARNEY
Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras

“Nosso tempo só pode ser interpretado à luz da Sexta-Feira Santa. Estamos orgulhados num imenso vazio, entre a morte de Deus e a esperança de Sua ressurreição”. Essas são palavras do poeta Pierre Emmanuel, da Academia Francesa.

S. Paulo já doutrinava que, sem a ressurreição, não existe cristianismo, e João Paulo II (S. João Paulo II) repetiu muitas vezes, inclusive no Brasil, a imagem de que muitos queriam Cristo sem a cruz e outros, a cruz sem Cristo, na análise das cobranças entre o espiritual e o temporal na missão da Igreja.

A grande revelação do cristianismo está contida na ressurreição. O homem vendo finalmente a face de Deus e, na vida, liberto da angústia, da lei do “olho por olho e dente por dente”, vivendo a bondade, perdoadando a todos e a tudo, sem ódio e sem medo, o homem bom, cristão, encontraria a essência da vida: a paz interior.

Dois mil anos depois, o cristianismo não alcançou transformar o homem, ainda prisioneiro da violência, do pecado, como síntese de toda a escravidão, do corpo e da alma.

O autor mais lido da humanidade é o Cristo. Um homem que não escreveu nada, ao que se sabe, apenas algumas palavras na areia. Contudo, a força de sua doutrina desencadeou uma

revolução na história do mundo pela palavra. Ele revelou, num tempo de escravos e senhores, de uma sociedade perdida pela divisão de castas, condições e submissões, uma verdade simples: a de que todos somos irmãos, todos iguais, todos filhos de Deus e todos destinados à salvação. Ele nos ensinou a buscar a paz interior. Não a ausência da guerra, mas a presença da paz dentro de nós mesmos, sem nada a cobrar, sem ressentimentos, sem a desgraça que não passa, corroendo o corpo e a alma pela escravidão da maldade.

Cristo nos ensinou a perdoar e nos assegurou o caminho da salvação: encontrar a felicidade na certeza de que o homem tem um destino transcendental. “O fim sem fim do começo de tudo”, como afirmava o padre Vieira.

A Igreja tem buscado, ao longo dos séculos, acrescentar caminhos, descobrir outras mensagens na mensagem primeira do cristianismo. Tudo é necessário, mas a força maior que chegou até nós, e se prolongará até o século dos séculos, é aquela que nasceu na Igreja das catacumbas: a revelação do próprio Cristo.

A missão social da Igreja passou a preocupar a própria Igreja a partir da Revolução Francesa, quando surgiu a expressão democracia cristã. A identidade católica devia ser a base de uma sociedade democrática.

As pressões amadureceram e tomaram corpo na doutrina, com o correr dos tempos, na *Rerum Novarum*. A *Graves Communi* limitava a visão social, terreno da caridade (1901). Muitas outras encíclicas vieram. *Mater et Magister* (1961), *Pacem in Terris* (1963), os documentos do Concílio Vaticano 2º (1965), a *Populorum Progressio* (1967), *Evangelii Nuntiandi* (1975) de Paulo 6º, passando pela *Laborem Exercens* até a carta de

João Paulo II à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e a excelente *Laudato Si'*, de Francisco, sobre meio ambiente, hoje no seu aniversário de 10 anos. A CNBB deflagrou a Campanha da Fraternidade neste ano optando pelo tema “Fraternidade e Ecologia Integral”, invocando o Livro dos Gênesis para lembrar que, quando fez a Terra, “Deus viu que tudo era muito bom”.

Hoje se discute a relação entre Igreja e partidos políticos. Seria a doutrina social cristã a terceira linha entre socialismo e capitalismo? E, com o desmoronamento do socialismo de Estado, há uma convergência entre democracia cristã e social-democracia. Como a Igreja deve se comportar neste instante em que as estatísticas apontam o crescimento do ateísmo, a invasão das seitas e a onda do materialismo científico, que volta ao tema da morte de Deus?

Hegel falou, em 1802, numa “Sexta-feira Santa especulativa”, anunciando a descoberta da morte de Deus. Nietzsche assumiu a autoria desse assassinato: “Deus morreu. Nós o matamos.” Assim também pensaram Marx e Freud. Mas nunca esteve tão vivo e nós precisando tanto Dele.

Está vivo! A Sexta-Feira Santa é não o dia da Sua morte, porque Deus não morre: é o Dia da Ressurreição.

Esta Sexta Santa de hoje nos convida a meditar e ouvir os exemplos da Paixão. É Cristo amando os homens até o fim, como afirma S. João, e, neste amor maior, a eternidade que se começa a ver pelos olhos daquelas Marias — Maria Madalena, Maria Salomé e Maria de Cléofas —, que de madrugada olhavam o Santo Sepulcro: estava vazio.

O Anjo lhes disse: *Non est hic. Ibi est*. (Não está aqui. Está lá = no Céu)



A resposta somos nós



» ELIANA LUCENA
Jornalista

Com grandes desafios pela frente, o país celebra neste sábado, dia 19, o Dia dos Povos Indígenas, após a realização do 21º Acampamento Terra Livre (ATL), em Brasília. Durante a última semana, quem atravessou o portal que se abria para o acampamento com mais de 7 mil indígenas, representando 200 povos, sentiu o impacto da mobilização que reuniu desde líderes históricos, como Raoni Metuktire, a jovens que discutiram e levaram reivindicações aos representantes dos Três Poderes.

A caminhada dos indígenas até 2025 exigiu resistência para enfrentar grandes obstáculos. Durante a década de 1970, em pleno regime militar, para a realização de encontros, era preciso burlar a vigilância da Funai e dos órgãos de segurança do governo. Os primeiros de maior porte foram organizados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), em Diamantino, no Mato Grosso, e o segundo na Missão Cururu, no Pará, terra dos índios Mundurucu.

No Pará, bispos e missionários transportaram em pequenos aviões e canoas representantes de diferentes etnias até o local, onde muitos grupos se viram frente a frente pela primeira vez. Dali saíram determinados a lutar em defesa de suas terras e de sua cultura. Outros

encontros regionais foram desmobilizados pela Funai, com o apoio da Polícia Federal, como o de Roraima, realizado pouco tempo depois.

Paralelamente, sertanistas, indigenistas e organizações não governamentais (Ongs) se juntavam à luta pelos direitos das populações indígenas, ampliando a mobilização. A Funai demitiu arbitrariamente muitos de seus servidores, e a anistia só viria anos depois. Líderes também faziam ouvir suas vozes, como Raoni e Mario Juruna, que chegou a Brasília com um gravador nas mãos. Ele cobrava ações do governo nas áreas dos Xavantes ameaçadas por fazendeiros no Mato Grosso.

O movimento cresceu desde então, e a primeira grande vitória foi garantir, na Constituição de 1988, um capítulo especial sobre os direitos e deveres do Estado. O Brasil chegou à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 92) com uma legislação que reconheceu aos povos indígenas a terra e o usufruto exclusivo de suas riquezas, a sua organização social e a sua autodeterminação.

No entanto, os avanços obtidos na nova Constituição fizeram eclodir um novo quadro em que os avanços garantidos aos indígenas começaram a ser bombardeados pelo agronegócio, por garimpeiros, madeireiros, construção de hidrelétricas e de outros empreendimentos, muitos deles de interesse dos governos estaduais e federal. A situação persiste até hoje, atingindo seu ponto crítico durante o governo de Jair Bolsonaro. A luta tem sido impedir retrocessos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu tendo de encarar um legado pesado, além de um Congresso Nacional majoritariamente

anti-indígena. Mesmo com a criação do Ministério dos Povos Indígenas, as dificuldades persistem. Diante de um governo quase engessado pelas pressões, o ATL 2025 defendeu, em Brasília, mais espaços nas discussões que envolvam não somente o seu futuro, mas o de toda a humanidade.

“A resposta somos nós” foi uma das principais bandeiras da marcha até o Congresso Nacional que acabou em pancadaria pela polícia. Os indígenas querem ser ouvidos sobre alternativas de mitigação no enfrentamento das mudanças do clima. Hoje são eles que mais preservam o meio ambiente no país. Estudo do MAP-biomas Brasil revela que, nos últimos 38 anos, as terras indígenas perderam 1% de sua vegetação nativa, enquanto em áreas particulares a perda foi de 17%.

Mulheres presentes em Brasília alertaram que os desmatamentos e as queimadas já estão afetando a qualidade de vida em muitas aldeias, com a poluição do ar e da água. O movimento quer, ainda, ter voz ativa na polêmica que envolve a exploração de petróleo na Foz do Rio Amazonas e no processo de transição do uso de combustíveis fósseis para energias menos poluentes.

A carta final da mobilização, assinada pela Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), aponta para impasses pela frente. Um deles envolve as discussões da Câmara de Conciliação no STF sobre o Marco Temporal. “É o maior ataque aos direitos indígenas desde a Constituição de 1988”. O documento também reforça que os embates continuarão no Legislativo. “Exigimos o arquivamento de todas as propostas anti-indígenas em tramitação no Congresso Nacional”.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



Um tempo que não passou

Três mil cento e sessenta e nove quilômetros separam Brasília de Lima, a capital do Peru. De lá, dessa lonjura, chegam notícias de que mais um ex-presidente é condenado por corrupção. Nesse caso agora, Ollanta Humala, acusado de ter recebido US\$ 3 milhões em contribuições ilegais. Com a condenação de Humala a 15 anos de prisão, já somam quatro ex-presidentes peruanos que, de acordo com a Promotoria, estão envolvidos no esquema. São eles: Humala, Alejandro Toledo, Alan Garcia e Pedro Kuczynski. Garcia se suicidou em 2019 para não ser preso.

O que esses ex-presidentes têm em comum? Perguntaria alguém interessado no assunto. Todos eles foram, como assim dizer, “abduzidos” pelo dinheiro oferecido aos quatro pela construtora brasileira Odebrecht, agora rebatizada de Novonor. A esposa de Toledo refugiou-se na embaixada brasileira em Lima, de onde, graças à atuação pessoal do presidente Lula, foi acolhida como exilada política, livrando-se da cadeia junto com o marido. Curioso não só o poder sobrenatural dessa empresa que praticamente levou à ruína nada menos do que quatro presidentes peruanos. Que lábia. Que lobby.

A Odebrecht, por suas ações deletérias, praticamente eliminou o presidencialismo naquela parte do continente, mostrando como comprar chefes do Executivo e de outros poderes, deixando à mostra toda a fragilidade das instituições republicanas desse lado do planeta. O esquema aplicado sobre a República do Peru resumia a repasses ilegais e milionários para campanhas políticas desses candidatos, com vistas a adquirir, lá na frente, nacos do Estado em forma de obras superfaturadas.

O que a empresa admitiu aos procuradores nacionais foi ter “investido” em vários países da América Latina algo como US\$ 800 milhões, mas, observando o estrago feito naquele período pela Odebrecht no continente, esses valores podem ser muito mais elevados. O falecido Hugo Chávez, da Venezuela, é acusado de, com malas de dinheiro para campanhas dos amigos, viajar por toda a América Latina a bordo de um jatinho particular, chegando e saindo sem mais alardes, sempre ajudado por políticos do mesmo lado da moeda. De fato, foi um tempo em que a Odebrecht tinha parte das repúblicas latino-americanas nas mãos.

Os recursos para tamanha empreitada vinham de todos os lados, inclusive de bancos estatais. Difícil saber como essa empresa conseguia tempo para gerir grandes obras desses Estados, ao mesmo tempo em que administrava movimentação de dinheiro para o pagamento de propinas de todo o gênero. O interessante é que esse caso reverbera um assunto que muitos aqui no Brasil não querem nem ouvir falar. É como lembrava o filósofo de Mondubim: “Não se fala em corda em casa de enforcado”.

Pelo que se vê, lá no Peru, esses casos escandalosos envolvendo a participação de presidentes da República com o recebimento de subornos dessa famosa e internacional empreiteira não estão ficando impunes. Um a um, esses mandatários vão sendo arrolados, condenados e presos. Por aqui, faz-se cara de paisagem para essa notícia, pois traz lembranças de um passado que, para muitos brasileiros, ainda não foi passado a limpo e com justiça, como mostram os peruanos.

A frase que foi pronunciada:

“A vaidade é um princípio de corrupção.”

Machado de Assis

Lugar seguro

» O Conselho Federal de Psicologia foi convidado a participar de um debate no Senado sobre um projeto de lei que pretende tornar a presença de um profissional de segurança treinado para controlar a entrada e a saída dos alunos em escolas. Raquel Guzzo, representante da entidade, explicou que é importante perceber os riscos nas relações familiares, a vulnerabilidade social, a insegurança alimentar. O projeto é do senador Mecias de Jesus, e a relatoria ficou com o senador Hamilton Mourão.

Cultura da paz

» Com o projeto do senador Alan Rick, o ciclo se fecha. Trata-se da instituição da Política Nacional de Segurança nas Escolas, que prevê procedimentos de segurança, simulações em situações de emergência, coibição à venda de produtos ilícitos, entre outras iniciativas. Esse projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

História de Brasília

O Hospital Distrital, quando inaugurado, possuía um serviço de comunicações que era a última palavra. Quando uma pessoa precisava falar com um médico, e este estivesse ausente do consultório, a telefonista chamava pelo transistor, e o aparelho que ele tinha no bolso dava um sinal. Era só procurar o telefone mais próximo, e estava feita a comunicação. (Publicada em 29/4/1962)